



Instituto Brasileiro
de Jogo Responsável

Contribuições do IBJR para a discussão da Reforma Tributária



Quem somos?

Lançado em Março de 2023, o IBJR vem para dar suporte ao desenvolvimento sustentável e responsável do mercado de jogos brasileiro.

Nossa missão consiste na busca por diálogo com todos os setores da sociedade interessados em aprofundar seu conhecimento sobre a indústria e compreender sua integração equilibrada e harmoniosa com a economia brasileira, seguindo as melhores práticas internacionais.

Membros e associados

O Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) representa, entre membros e associados, em torno de 75% do mercado de apostas no Brasil, consolidando-se como uma referência no setor. As empresas associadas possuem licenças em diversos países, o que demonstra seu comprometimento com padrões internacionais de regulação e segurança.

Além disso, o IBJR foi pioneiro na criação de um guia de boas práticas, promovendo a ética e a responsabilidade no mercado.

Outro marco importante foi o acordo firmado com o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), reforçando o compromisso com a publicidade responsável e transparente, alinhada às melhores práticas globais.

Membros



Associados



O Imposto Seletivo a concursos de prognósticos foi incluído no texto do PLP 68/2024 (Art. 406 § 1º inciso VII) sem levar em conta as particularidades do setor

- Setor de apostas é caracterizado por conviver com concorrência imposta pelo mercado irregular.
- Carga tributária é um dos principais fatores que determina a competitividade entre o mercado regulado e o irregular.
- Governo já está endereçando uma regulamentação robusta para o setor, que inclui pagamento de tributos específicos.

Regulação já impõe contribuição obrigatória de 12% sobre o GGR para atender externalidades negativas

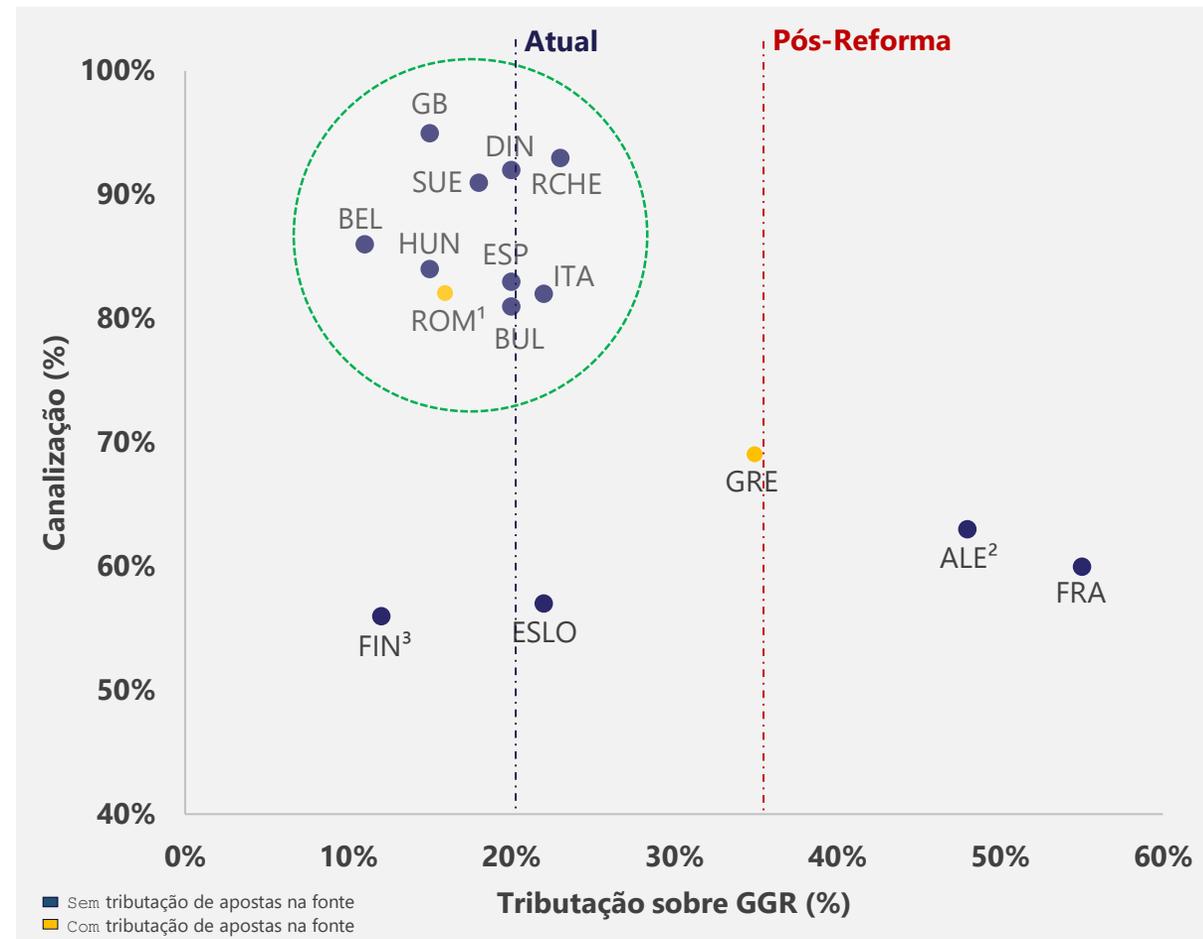
- Contribuição já funciona, na prática, como um Imposto Seletivo para o setor.
- Arrecadação direcionada a educação, segurança pública, esporte, turismo, seguridade social e saúde.
- Há também exigência de pagamento de R\$ 30 milhões de outorga, válida por 5 anos.

Imposto Seletivo para o setor traz risco à canalização

~35%* deverá ser a carga sobre consumo incidente sobre operadores no Brasil

12% Contribuição
15,58% IBS
7,74% CBS
*Além de IRPJ e CSLL

- Mesmo sem considerar introdução de Imposto Seletivo sobre o setor, carga brasileira já será mais elevada do que a de países com sucesso de canalização.



Impacto sobre a alíquota e arrecadação seriam mínimos

- Nota Técnica recente do Ministério da Fazenda demonstra que a expectativa de diminuição da alíquota de referência a partir da tributação de operadores de apostas seria irrisória.
- Medida não contribui de forma eficiente para a arrecadação, mas pode prejudicar o sucesso da regulamentação do setor.

TABELA 1. Estimativas do impacto diferencial das principais mudanças introduzidas durante a tramitação da regulamentação da Reforma Tributária sobre a alíquota de referência total do IBS e da CBS (em pontos percentuais).

Cenário	Descrição	Min	Média	Máx
A	Inclusão de BETS e carros elétricos no Imposto Seletivo	0,06	-0,06	0,06
B	Inclusão do carvão mineral no Imposto Seletivo e redução da alíquota sobre bens minerais de 1% para 0,25%	0,10	0,10	0,11
C	Redesenho do regime específico de bens imóveis	0,26	0,27	0,28
D	Ampliação dos medicamentos na alíquota reduzida	0,12	0,12	0,12
E	Recuperação de crédito para imunidades (serviços de radiodifusão/imagens, livros, jornais e periódicos)	0,12	0,13	0,13
F	Carnes na cesta básica	0,55	0,56	0,56
G	Queijos na cesta básica	0,13	0,13	0,13
H	Demais alíquotas favorecidas (sal, farinhas, aveia, óleos de milho e babaçu, plantas e flores etc.)	0,09	0,10	0,10

Conclusões

- O Imposto Seletivo tem objetivos extrafiscais que podem ser melhor atendidos pela regulamentação.
- A regulamentação já prevê a Contribuição Social sobre o GGR, parte da qual é destinada a compensar potenciais externalidades negativas, mais eficiente do que o Imposto Seletivo.
- O aumento de preços no mercado regulado não resolve o problema da ludopatia, apenas empurra o consumidor para o mercado ilegal.
- O consumidor que optar por operadores não regulados perde as proteções e garantias oferecidas pela regulação, o que aumenta os riscos e as externalidades negativas que a regulação busca evitar.